

EDITORIAL¹

O editorial deste número da Revista Trabalho & Educação partiu da vontade coletiva dos integrantes do NETE de refletir sobre as perspectivas e os desafios interpostos à pesquisa sobre a relação trabalho e educação neste final de século. A motivação para tal reflexão encontra-se evidenciada nas profundas mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho e do emprego, em função da introdução das novas tecnologias e das novas opções organizacionais no setor produtivo, que se reconfiguram numa velocidade em ritmo acelerado.

Diante disso, optou-se pela realização de debates preliminares organizados em grupos de trabalho temáticos e pela organização de um seminário que contou com a participação de todos os integrantes do NETE, no qual foram discutidos os produtos apresentados por cada GT.

A partir de uma revisão da produção intelectual da área, buscou-se desenvolver e problematizar quais aspectos deverão compor nossa agenda de pesquisa para os próximos anos. Este esforço reflexivo resultou na definição das cinco sub-temáticas seguintes: 1) *Conceito de Trabalho*; 2) *Trabalho e Subjetividade*; 3) *Trabalho, Novas Tecnologias e Educação*; 4) *Estratégias Públicas e Privadas de Formação Profissional* e 5) *Trabalho, Educação Básica e Educação Profissional*.

CONCEITO DE TRABALHO

A categoria trabalho, que forma, juntamente com a educação, a espinha dorsal de nossa linha de pesquisa, vem sendo problematizada a partir de diversas perspectivas, de modo que se encontra no centro das principais discussões por que passa este campo de pesquisas.

As mudanças objetivas ocorridas no "mundo do trabalho", a chamada crise do trabalho assalariado, definida por alguns como a própria crise do trabalho, ou da sociedade do trabalho, têm nos obrigado a refletir sobre o sentido da atividade trabalho na vida contemporânea.

O imperativo que se coloca perante os pesquisadores é justamente a premente necessidade de superar as limitações das análises que reduzem o trabalho à noção de atividade econômica assalariada; que apostam cega e simplesmente no fim do trabalho; ou que consideram superadas as contradições entre capital e trabalho.

¹ A produção deste editorial contou com a colaboração dos integrantes do NETE através da participação nos GTs organizados para este fim e em dois Seminários de Pesquisa nos quais o debate sobre a construção da agenda de pesquisa para o Núcleo foi iniciada.

O salto de qualidade das pesquisas em trabalho-educação depende do abandono de posturas que insistem em negar a mais crua realidade do trabalho e a condição dos trabalhadores no mundo contemporâneo. Depende ainda, de outra parte, da incorporação de noções que possam enriquecer um referencial crítico, isto é, que não abandone a caracterização do trabalho como mercadoria, como relação econômica hierárquica e contraditória entre capital e trabalho, mas que incorpore também dimensões que passaram ao largo dos interesses predominantes, tais como o problema da cultura, da subjetividade, as discussões de gênero, de raça, etc.

As profundas mudanças ocorridas principalmente nas últimas décadas não nos autorizam a abandonar categorias como exclusão, exploração, alienação, etc. Trata-se de compreender como os processos de trabalho atuais, sob novas formas, percorrem, em última análise, a mesma lógica de exploração do trabalho excedente e recolocam elementos clássicos da produção capitalista, através das várias maneiras de precarização do trabalho e da exploração combinada de mais-valia relativa e absoluta.

Todo este desafio que se impõe ao campo de pesquisa de trabalho-educação, exige um investimento multidisciplinar, em que diversas áreas do conhecimento possam atuar conjuntamente a fim de dar conta da complexa realidade do trabalho. É preciso abordar o trabalho não como realidade dada, a partir de categorias definidas *a priori*, mas como experiência, como um processo complexo que envolve inúmeros elementos da existência humana.

TRABALHO E SUBJETIVIDADE

O debate sobre sujeito e subjetividade remonta ao nascimento da modernidade e a cada momento histórico tais conceitos são adjetivados. Sendo assim, o termo subjetividade está relacionado aos estudos sobre o trabalho mas pode ter um tratamento específico.

As novas condições de mobilização da subjetividade no trabalho exigem uma retomada radicalmente crítica da relação subjetividade/objetividade, especialmente quando se constata nos dias atuais a exacerbação do individualismo e do estranhamento em função dos novos meios de organizar e gerir o trabalho, da capacidade persuasiva quase totalizante dos meios de comunicação de massa e do crescente apelo ao consumismo como modo de vida.

Sujeito e subjetividade não são, de forma alguma, categorias estranhas ao universo do trabalho. Este não é uma atividade sem sujeitos, como os últimos não existem sem a atividade vital. É preciso observar todavia, que o processo de construção do sujeito é mais amplo do que o espaço do trabalho (especialmente se visto apenas sob a forma assalariada). Isto implica uma discussão para além do processo de trabalho, pois é no conjunto das relações sociais que o sujeito vai se construindo. É no conjunto das relações sociais que a subjetividade se processa e se

realiza. O que não significa, muito ao contrário, que é apenas no trabalho que os sujeitos e a subjetividade se encontram sob um poder externo e estranho a eles.

Pensar os sujeitos e a subjetividade no trabalho é estar em constante tensionamento, de maneira que não se pode fugir às contradições objetivas que envolvem os sujeitos e a subjetividade.

Com efeito, a devida consideração do problema da subjetividade impede que se tome o trabalho como prisioneiro sem saída da cadeia hierárquica do capital em que o uso de si pelo outro estaria dado como fato natural.

De outra parte, é preciso considerar que as manifestações no espaço de trabalho do uso de si por si mesmo pode estar subsumido pelo uso de si pelo outro, de modo que nem sempre pode estar sendo expressão de uma oposição ao poder alienante do capital. Por isso é que não se pode apreender uma dessas dimensões em separado da outra e fora da totalidade estruturante da esfera social.

A consideração da subjetividade e do sujeito deverá contemplar ainda a dimensão inconsciente do sujeito, um sujeito marcado por uma história de subordinação ao outro, que se expressa não só, mas fundamentalmente no trabalho. Outro aspecto que não se pode esquecer é que a inserção nas relações de trabalho e mesmo a experiência de trabalho para os sujeitos são marcadas por outras dimensões da existência destes sujeitos como gênero, raça geração, etc.

TRABALHO, NOVAS TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO

Numerosos aspectos e âmbitos da vida econômica, social, política e cultural vêm sendo transformados profundamente pelo movimento que impulsiona, hoje, a sociedade a fazer uso cada vez mais intenso e extenso das novas tecnologias da informação e da comunicação.

A partir da alteração no instrumental de trabalho, mas, sobretudo, em razão do desenvolvimento de uma articulação sistêmica entre processos de produção material e simbólica e destes com a dinâmica mundializada da gestão das informações e das comunicações, as atividades humanas são visivelmente afetadas.

A presença das redes eletrônicas no processo de ensino e aprendizagem e o desenvolvimento de estratégias formativas virtuais com ou sem articulação com as práticas presenciais, por exemplo, são sinalizações claras e evidentes de que temos um quadro ampliado de novos objetos de estudo.

A área da educação sente-se exortada a buscar constituir os problemas que lhe são pertinentes dentro desse amplo quadro de transformações, de modo a ver com clareza a natureza e as implicações dos desafios que deve enfrentar.

Creemos que os significados econômico, científico e cultural das inovações tecnológicas, bem como a caracterização e a análise das modificações que vêm ocorrendo no espaço das relações sociais que caracterizam o mercado de trabalho, vêm merecendo avanços teóricos importantes.

Contudo, não está, ao nosso ver, claramente delineada a problematização e, muito menos, articulado o quadro teórico, os quais nos permitem situar, contextualizar e compreender, na sua essência, questões afeitas à mudança nos conceitos de saber, ciência, aprender e ensinar; à natureza dos conhecimentos e habilidades requeridos, à estruturação das novas formas de elaborar o pensamento, à qualidade das relações e das ações a que a tecnologia vem servindo de suporte e de mediação.

Apresentam-nos promissoras as perspectivas que as inovações tecnológicas nos abrem para aprofundar a discussão e a experimentação de práticas educativas apoiadas na combinação das atividades de trabalho e de estudo.

Entretanto, nos preocupa a emergência de outros cenários não tão alentadores: o condicionamento da dinâmica cultural e subjetiva do trabalho pela racionalidade instrumental; o alijamento do sujeito da centralidade do processo em favor da prevalência de 'agentes tecnológicos inteligentes'; a tendência à fetichização e antropomorfização do instrumental informático e suas implicações no aprofundamento da alienação do sujeito; a gradativa substituição da relação direta do sujeito com o objeto, esse, simbolização do mundo real, pela sua representação virtual; etc.

As inovações tecnológicas, por outro lado, embora não sejam a causa do processo de exclusão e marginalização social, vêm sendo adotadas dentro de um quadro de políticas concentradoras que as fazem instrumento de ampliação da desigualdade e das distâncias sociais.

Sabemos que há, no entanto, e como perspectiva a ser melhor conhecida e configurada, chances de, a partir do próprio avanço tecnológico em marcha, influir na criação e na instalação de projetos alternativos e rivais aos que, hoje, se colocam como hegemônicos. Temos, no entanto, como desafio teórico-prático conjecturar e ousar buscar respostas sobre tais propostas de radicalização da própria inovação, reinterpretando-a e transformando-a em instrumento de efetiva mudança social.

ESTRATÉGIAS PÚBLICAS E PRIVADAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A educação profissional tem sido apontada nos relatórios dos organismos internacionais, em especial do Banco Mundial, como um dos elementos estratégicos para a conquista da melhoria dos padrões de competitividade dos países periféricos. Se, de um lado, uma variedade de estudos críticos tem nos mostrado a falácia que representam tais assertivas, de outro, é preciso avançar na compreensão das estratégias públicas e privadas que compõem o mosaico da educação profissional.

As políticas públicas de formação profissional implementadas no Brasil confrontam-se com o baixo nível de escolaridade da população atendida no mesmo instante no qual se apregoa que a educação básica é hoje o principal elemento para

a qualificação dos trabalhadores. Ela é apresentada pelos gestores públicos e pelos representantes da relação Capital e Trabalho como, ao mesmo tempo, causa e solução dos problemas produtivos, sendo, portanto, interpretada como a responsável pelas dificuldades de emprego de uma grande parcela da população. Transfere-se ao trabalhador sem escolarização a responsabilidade pela precariedade do mercado de trabalho.

O deslocamento conceitual da qualificação dos trabalhadores para a construção de competências reforça a tese de se culpar a vítima. Busca-se instaurar uma forma de aproveitamento da força de trabalho centrada na mobilização da subjetividade dos trabalhadores e na individualização das relações sociais. Esta estratégia tem enfraquecido o poder do coletivo dos trabalhadores e reforçado os mecanismos de controle do capital sobre o trabalho através da introdução de normas de condutas e valores definidos nos códigos de ética das empresas.

A competência, de uma forma geral, designa aquilo que sobressai da formação técnica dos trabalhadores e pressupõe uma capacidade de mobilizar as amplas dimensões da **subjetividade humana** na busca de resolução de problemas nas situações de trabalho.

A tensão fundamental em torno da qualificação profissional continua a ser a possibilidade de desenvolvimento amplo dos trabalhadores. É preciso problematizar as implicações que este processo de individualização, mobilizador da subjetividade, traz para a construção de um processo de formação omnitateral dos trabalhadores.

É preciso compreender de que forma a doutrina econômica neoliberal tem causada impacto nas estratégias de desenvolvimento da educação profissional. O Estado tem buscado incorporar outros interlocutores políticos, sobretudo os representantes do empresariado e dos trabalhadores, na definição e implementação das políticas públicas para este setor. A participação e a legitimidade destes interlocutores na elaboração e implementação das políticas para o conjunto da população necessitam ser melhor investigadas. Até que ponto, por exemplo, estes podem representar efetivamente o interesse do conjunto da sociedade, sobretudo se considerando que a maior parte da população economicamente ativa brasileira sobrevive no setor informal da economia? Até que ponto os interesses privados desses interlocutores acabam se sobrepondo aos interesses públicos?

O neoliberalismo apregoa o desenvolvimento de uma economia regulada pelo livre mercado ou, melhor dizendo, desregulada, na qual as políticas econômicas se sobrepõem às sociais; nas quais as privatizações, as reformas fiscais e as elevadas taxas de juros têm produzido os maiores índices de desemprego e aprofundando as distorções distributivas.

As estratégias de desenvolvimento da educação profissional têm se configurado como reforçadoras do processo de mercantilização desta política social, do desenvolvimento da cultura do individualismo e da competitividade.

Neste aspecto, as análises que têm sido produzidas carecem de amadurecimento intelectual que as permita compreender as implicações deste processo para a construção de uma política pública, portanto, universal de educação profissional.

Num cenário de globalização econômica e ideologia neoliberal, o Estado brasileiro, que antes delegava preponderantemente ao empresariado nacional a execução da política de formação profissional, vem hoje delegando também aos trabalhadores a execução da política de educação profissional.

Os trabalhadores organizados, que vêm defendendo historicamente uma proposta educacional democrática de massas, pretendendo interferir autonomamente na política de educação profissional, contraditoriamente, vêm celebrando parcerias com o Governo na execução de sua proposta neoliberal para esta modalidade de educação. Seria esta nova realidade resultado da desmobilização sindical, do aumento do desemprego, das novas exigências do mercado de trabalho e mesmo da falta de uma discussão ampla em suas bases sobre a relação das demandas do trabalho hoje e o papel da escola neste contexto? Os novos Centros de Educação Profissional estão sendo implantados nesta direção: parceria com municípios, setor produtivo, sindicatos, instituições comunitárias etc, e uma progressiva ausência do setor público, em especial a União.

O projeto conjunto de parceria do MEC/MTE para a educação profissional privilegia o conceito de competência - em substituição ao de qualificação - assim como privilegia os conceitos de certificação de competências e de educação profissional com foco na empregabilidade.

Uma solução técnica (formalização de competências) tende a escamotear o fato de que a definição, certificação e valorização das competências (em termos salariais inclusive) não é uma questão apenas técnica, derivada das mudanças no conteúdo do trabalho e da introdução de inovações tecnológicas, mas política e histórica, porque envolve interesses distintos e antagônicos entre Capital e Trabalho. O discurso corrente procura afirmar um outro enfoque, a negociação, em nome da produtividade, da competitividade, do mercado e da qualidade, em que essa negociação aparece como o estágio mais evoluído, democrático e civilizado das relações Capital/Trabalho. Esta situação não estaria sacramentando a "naturalização" da produção capitalista e a recusa do enfrentamento do embate político em torno de interesses divergentes?

A empregabilidade é entendida na política de Governo para a educação profissional como "a capacidade de obter emprego, mas sobretudo de se manter em um mercado de trabalho em constante mutação". Entretanto, quando o trabalhador percebe que o mercado está exigindo outras qualificações que ele não tem, a culpa fica subjetivada. Coloca-se que a questão não é do sistema como um todo. A questão deixa de ser social e passa a ser de qualificação daquele trabalhador da área específica, que, por acaso, está defasado. Então este trabalhador sai em busca da qualificação. E enquanto ele está sendo qualificado, ele está fora

do mercado, acreditando que, após a sua requalificação, será absorvido pelo mercado. Isso é um engodo, pois não existe essa relação linear entre requalificação e emprego.

TRABALHO, EDUCAÇÃO BÁSICA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

As reformas que compõem a atual política educacional do governo configuram duas redes de ensino: a de educação geral, "propedêutico", que supostamente conduz à universidade, e outra voltada especificamente para o ensino técnico-profissional ou educação profissional, na linguagem da nova LDB. Essa dualidade do sistema educacional foi sempre questionada por educadores comprometidos com uma educação integrada. É assim que os vários movimentos em busca de uma educação pública, gratuita e integrada até então conseguiram aproximar as duas redes de ensino no plano jurídico-formal. Contudo, o caráter seletivo e excludente do sistema mantém-se e o acesso dos alunos à educação em seus ramos de ensino continua condicionado à sua origem de classe.

O ensino médio consolida-se, na LDB 9394/96, como a etapa final da educação básica. Uma nova concepção curricular do ensino médio permite, além de uma formação geral para a continuidade dos estudos, a preparação para o trabalho, através de disciplinas optativas, não profissionalizantes.

Todas as medidas traçadas para o ensino médio deparam-se no momento com dificuldades provenientes do crescimento da demanda, resultante do acesso dos alunos ao ensino fundamental, e na questão do financiamento, financiamento este dependente dos acordos com o MEC e as condições impostas por este e pelos organismos internacionais.

A histórica dicotomia entre educação geral e educação profissional aprofunda-se com a nova legislação para a reforma da educação profissional (Decreto 2208/97 e Portaria 646/97), interrompe os avanços e conquistas e prejudica todo o empenho e as lutas democráticas por uma educação única, gratuita e integrada.

Não estaria a nova legislação engessando e estreitando o que está previsto na atual LDB com relação à educação profissional? O § 2º do art. 36 da LDB 9394/96 diz que "o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas". Entretanto a legislação para a reforma do ensino profissionalizante materializa através do referido parágrafo do art. 36 o aprofundamento da dualidade do sistema educacional.

A reforma não garante a pretendida democratização do ensino profissionalizante, tendo em vista a concepção de educação profissional que é de adestramento, de treinamento, regulada pelas necessidades do mercado. Além do mais, a reforma trata e, ao mesmo tempo, procura abarcar em seu interior todas as

modalidades em todos os níveis da educação profissional, desconhecendo especificidades e competências.

Na Reforma da educação profissional com três níveis - básico, técnico e tecnólogo - nota-se desde já uma expansão do nível básico (o que se dá com a profissionalização independente de escolarização). Estaria esta preferência em consonância com a priorização do ensino fundamental (1ª a 8ª séries), recomendação dos organismos internacionais? Este estabelecimento de prioridade beneficia determinada parcela de trabalhador permite alfabetização e escolarização mínima, mas também acesso ao vértice do sistema educacional brasileiro? Não estaria ainda reforçando uma educação compensatória à escolarização regular das massas trabalhadoras? E mais, a atual política neoliberal para a formação profissional estaria se responsabilizando em certificar, a curto prazo, um grande contingente de trabalhadores que desenvolvem tarefas simples na produção, para o mercado de trabalho, com um mínimo de qualificação necessária?

A reforma da educação profissional retira o caráter de educação integral do ensino técnico-profissional de nível médio, ampliando, com a modularização da educação profissional concomitante ou sequencial à escolarização geral, as oportunidades de acesso a uma formação profissional de caráter instrumental - do ponto de vista técnico - e submissa e não crítica, do ponto de vista ético-político para o trabalhador nesta conjuntura. Esse novo modelo dualista talvez não vem possibilitar a tão "sonhada" redução da pressão sobre o ensino superior?

Há, portanto, mais questões a se fazer: a quem será destinado esse novo ensino técnico? Àqueles que apenas concluíram o ensino fundamental? Ou os que concluíram o ensino médio? Deve-se Privilegiar cursos pós-médio, modularizados e com duração diversificada?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O NETE, ao apresentar aqui sucintamente sua proposta de agenda de pesquisa para os próximos anos, espera atingir um duplo objetivo: de um lado, contribuir para o fortalecimento da pesquisa sobre a relação trabalho-educação e, ao mesmo tempo, oferecer aos leitores e colaboradores da *Revista Trabalho & Educação* um claro indicativo das temáticas que pretende privilegiar nas próximas edições.

Fernando Fidalgo
Irlen Gonçalves
Justino de Sousa Junior
Nadir Militão
(GT de Sistematização)